

# PANDEMIA: O MITO DO EXCECCIONALISMO AFRICANO

Fernando Jorge Cardoso

JUNHO DE 2020



*Mercado de Adjamé, Costa do Marfim. Foto de Eva Blue em [Unsplash](#)*

# PANDEMIA: O MITO DO EXCECIONALISMO AFRICANO

A informação disponibilizada sobre a expansão da COVID-19 em África mostra números bem inferiores aos dos outros continentes - menos de 200 mil infeções detetadas (2,8%) e pouco mais de 5 mil mortos (1,3%), apesar da população constituir cerca de 17% do total mundial. A ser real, existirá algum excecionalismo africano, ou estaremos perante um mero atraso da expansão pandémica, conjugada com informação não reportada ou não conhecida? Tendo em conta as debilidades de informação, é provável que as taxas de infeção sejam bem superiores às reportadas, embora a mortalidade da COVID-19 se deva manter baixa dada a juventude da população. Porém, o que já se torna claro é que o foco no combate à COVID-19 tem, por consequência indesejada, a diminuição de ações profiláticas (p.e. anti mosquito) e de prevenção e tratamento de outras doenças infecciosas, dada a sobrecarga dos sistemas de saúde e prevenção sanitária. Será, pois, espectável o aumento das taxas de infeção e mortalidade de doenças típicas a ambientes tropicais e insalubres, como a malária, sarampo, tuberculose, dengue, bilharziose ou tripanossomíase e, em regiões específicas, de doenças hemorrágicas (ébola) e do HIV-SIDA. Aliás, o número de mortos esperável de malária em África este ano ultrapassaria, em condições normais, as 400 mil pessoas, o que tem levado muitos analistas a apontar esta aparente contradição entre meios empregues no combate a doenças infecciosas com elevada mortalidade comparados com os meios empregues para o combate ao COVID-19. Este facto indica

até que ponto o medo da pandemia comanda os centros decisores, ou seja, não é a mortalidade da doença que provoca a intensidade das reações, mas sim o facto de ela poder atingir todas as classes sociais, ricos e pobres, governados e governantes. Em suma, direta ou indiretamente a pandemia deverá provocar em 2020, infelizmente, um aumento do número de mortes causadas por doenças infecciosas - a própria COVID-19 e outras.

No domínio político, a maioria dos governos africanos decretaram estados de exceção, o que terá, de certa forma, contido a infeção, particularmente em meio urbano e evitado, nalguns casos, o colapso dos frágeis sistemas de saúde. Porém, dado o crescimento do desemprego e o facto da maioria da população depender dos mercados informais, encerrados em muitos países dado o perigo de contágio provocado pelos contactos interpessoais que este tipo de atividade exige, têm aumentado situações de revolta pública induzidas por desespero e problemas de sobrevivência de largos estratos populacionais. A repressão das autoridades a ajuntamentos (e o adiamento de atos eleitorais) tem originado denúncias de atentados aos direitos civis e desmandos policiais, atribuídos ao pendor autoritário de muitos governos africanos, desde o Egito e a Tunísia na África do Norte ao Mali, Níger ou Burkina Faso na África Ocidental, à República Democrática do Congo na África Central, ao Uganda na África Oriental ou à própria África do Sul. Porém, esse pendor autoritário não nasceu com a pandemia, é-lhe anterior e é acompanhado por

tendências similares não só em quase toda a América Latina e Médio Oriente, na Rússia, China, Turquia ou Índia, mas também nos EUA, Hungria, República Checa, Polónia ou Bulgária. Na verdade, os estados de exceção só tornaram mais visível o ataque a valores cívicos fundamentais e, sendo um fenómeno que a precede, o autoritarismo deverá sobreviver ao fim da pandemia - os países africanos não são exceção nem sequer o exemplo mais significativo de populismos ou atentados aos direitos humanos.

Ao nível da segurança, a COVID-19 não originou novas guerras, mas tem restringido a operacionalidade das ações de contraterrorismo ou contrainsurgência de forças militares governamentais ou transnacionais, incluindo das Nações Unidas. O apelo do Secretário-Geral (e do Papa) à paragem de conflitos armados recebeu alguma consideração somente em três casos, onde os protagonistas mantêm pontes de contacto, não obstante a animosidade: no Sudão (Darfur), na República Centro Africana e no Sudão do Sul. Foi, porém, ignorado nos casos que correspondem hoje a uma mistura entre banditismo e jihadismo radical, financiado por receitas do tráfico de pessoas, droga, contrabando de armas ou roubo de recursos transportáveis como diamantes, ouro, madeiras preciosas e marfim. São os casos da Somália, das guerras do Sael, no Mali, Níger e Burkina Faso, do Nordeste da Nigéria e da região do Lago Chade. No mais recente caso deste tipo de guerra em Cabo Delgado, é cada vez mais evidente a confluência de ligações e interesses entre traficantes de droga (heroína proveniente do Afeganistão) e combatentes jihadistas (moçambicanos radicalizados em madraças no médio oriente aliados, desde 2019, a combatentes da jihad global, provenientes

do Quénia, Uganda e outros países). Na já longa guerra no nordeste do Congo o jihadismo é marginal, os interesses em confronto prendem-se com a pilhagem de recursos como o cobalto e o *coltan*. Em todos os conflitos armados existe um denominador comum, preocupante em termos de futuro: o de a guerra ser um modo de vida e sobrevivência para a juventude nela envolvida.

É no domínio económico que os efeitos da pandemia em África poderão ser mais devastadores - o que não torna este continente exceção, mas sim regra. Por um lado, porque a procura de matérias-primas e os investimentos em infraestruturas, que haviam sido responsáveis pela retoma do crescimento desde o início do século, diminuíram drasticamente ou paralisaram, com reflexo na baixa de exportações, na perda de empregos e de receitas orçamentais e no aumento da dívida. Por outro lado, pela incapacidade de produção industrial e de substituição de importações (com exceção da África do Sul). A pouca que mantinham nas três primeiras décadas das independências perderam-na na sequência da aplicação das receitas de "mais privado, menos estado", que conduziram à formação de novos ricos e classes médias pela alquimia que de transformação de burocratas e militares em empresários e gestores. A correlativa ineficácia dos aparelhos de estado e das administrações públicas e a perda de capacidade de exercício das soberanias levou, por sua vez, à profusão de guerras civis da primeira metade da década de 1990, que ilustram o desajustamento das políticas de ajustamento estrutural da década anterior. Face à massiva injeção de liquidez bancária e à utilização dos orçamentos para alavancar a recuperação económica nos países mais ricos - ou seja, à

falência ainda mal confessada do modelo neoliberal - será espectável que os países africanos possam beneficiar de uma ajuda internacional mais ajustada, não só focada no alívio da dívida ou na criação de linhas de crédito barato à economia, mas também

no investimento em infraestruturas, nas administrações e serviços públicos, sem voltar a marginalizar os Estados, para que possam, a par do setor privado, ter capacidades de intervenção como agentes de desenvolvimento.

Lisboa, 9 de junho de 2020

Artigo [\*originalmente publicado no Diário de Notícias\*](#), 09.06.2020

### **Fernando Jorge Cardoso**

Coordenador do Gabinete de Estudos Estratégicos e do Desenvolvimento do IMVF, diretor-executivo do Clube de Lisboa e membro do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL

As IMVF Briefs são publicações dirigidas a um público alargado, onde se apresentam de forma concisa as questões essenciais sobre determinado tema ligado ao desenvolvimento e à cooperação.

## **SOBRE O INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLOR**

Criado em 1951 como instituição privada de utilidade pública, o IMVF é uma Fundação para o desenvolvimento e a cooperação, tendo iniciado atividade como ONGD em 1988 em São Tomé e Príncipe. A partir dos anos 90 expandiu a sua ação a outros países, com predominância aos de língua oficial portuguesa e aumentou as áreas de atividade. Já em 2017 voltou a alargar a sua ação a novas geografias em África e na América Latina. O trabalho feito e os resultados alcançados tornaram o IMVF numa entidade de referência nos domínios da cooperação e do desenvolvimento.

### **IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr**

Rua de São Nicolau, 105  
1100-548 Lisboa Portugal  
+ 351 213 256 300  
[info@imvf.org](mailto:info@imvf.org)